**"A celebração das resistências às prisões políticas nas masmorras da democracia (Monsanto: uma prisão de alta segurança)”**

O problema das prisões não é a violência – em casa das famílias, nos quartéis, na guerra, até no desporto o problema da violência é mais agudo.

O problema das prisões é a produção social de desrespeito, da maldade e da mentira. Tal como as instituições dos filhos ilegítimos, dos abusos sexuais a crianças, da adopção forçada de crianças ou as alianças patriarcalistas discriminatórias de “fracos e perdedores”, as prisões são formas de reproduzir modernamente a relação social de subordinação/dívida (corpo e alma da discriminação/segregação). Há prisões porque há duas espécies de homens: os que estão “melhor” na prisão e os que estão “melhor” em liberdade. (Não há relação racionalizada entre encarceramento e crime. Há expropriação da vingança por parte do Estado – AP Dores e José Preto, *Segredos das Prisões*, RCP, 2013).

As prisões, como a violência, são parte indiscernível e íntima das sociedades, apesar das aparências de segregação mantidas pelos segredos sociais. Denunciar a violência que se vive nas prisões funciona como uma tautologia. O que dizem (anonimamente, nos comentários das notícias de jornal) que os presos não têm direito a defesa perante a violência carcerária (como quaisquer outras pessoas abusadas) reclamam um Direito subserviente: só o Estado as pode defender/usar. O direito de organizar a prevenção contra a violência reclama uma perspectiva abolicionista, seja ela liberal ou comunitária.

O abolicionismo liberal pretende reduzir o uso das penitenciárias ao estritamente indispensável. O abolicionismo comunitário pretende prescindir do direito liberal (associado a patriarcalismo e Estado), mas apenas na medida em que as comunidades aprendam a auto-regular-se moralmente (Justiça Transformativa).

A transferência do ónus do mecanismo do bode expiatório (sentimentos de vingança) das classes poderosas para as classes baixas, através da manipulação de uma não classe (out of class – sacer), tem por função libertar as classes dominantes das responsabilidades sociais legitimadoras (como as decorrentes do anúncio da crise financeira global – ver prisão de Madoff ou de Strauss Khan).

Esse é o segredo social encerrado nas prisões, que toda a gente sabe mas ninguém ou raros tomam conhecimento. Segredo ocultado pelo escândalo da revelação daquilo que todos sabem não poder deixar de ser verdade: a falta de respeito de cada um por si próprio, ameaçado pelos poderes instituídos – em certo sentido, mais benévolos que a populaça; por estarem menos pessoalmente traumatizados. Como dizia Ticqueville, mais sensíveis à delicadeza da liberdade.

Para um projecto político abolicionista (não da violência mas do desrespeito) ver Justiça Transformativa. <http://home.iscte-iul.pt/~apad/justica%20transformativa>.

Episódio 1. No Fórum Social Mundial de 2002, apoiantes do Lula questionados sobre o que fazer das prisões na nova sociedade que se anunciava responderam com uma pergunta: onde iriam pôr os que naquele momento os obrigavam a viver na clandestinidade para escapar à tortura? Hoje, o Brasil conhece a maior população prisional de sempre e o presidente dessa mesa – José Dirceu – está preso por corrupção.

Episódio 2. Numa reunião de activistas lisboetas sobre o caso Battisti, militante italiano perseguido por Berlusconi no Brasil, a denúncia da ilegitimidade moral das prisões políticas alargou-se à situação dos presos sociais. Criou-se o Grupo de Intervenção nas Prisões (GIP) que trabalhou durante 3 anos e estiolou. No seu auge, perante a intenção declarada pela Ministra da Justiça de abrir as prisões portuguesas à intervenção de voluntários, poucas dezenas de candidatos se apresentaram. Ninguém resistiu à falta de apoio do ministério às intenções (sem suporte legal) da ministra. Nenhum grupo de trabalho dos dez criados manifestou intenção prática de iniciar trabalhos de prevenção da tortura.

Episódio 3. Pouco antes do 40º aniversário do 25 de Abril pelo menos dois títulos sobre tortura nos presídios do regime fascista português foram publicados. E ambos os casos foram manifestas as sequelas físicas e nervosas das torturas nos autores dos livros. Um dos livros foi apresentado na cadeia de Monsanto, onde ocorreram as torturas e onde se continuam a praticar torturas, agora sobre presos sociais e sob a tutela de um regime que se declara democrático. Com os agradecimentos às autoridades prisionais presentes, que autorizaram o evento.

Episodio 4. A prisão central de Varsóvia serviu os regimes nazi e estalinista. Há um pequeno museu onde se registam os lugares onde se praticaram execuções de activistas anti nazis e anti estalinistas. Hoje em dia a prisão tem fama de ser local de torturas. O seu director, ao tempo da visita que fizemos em 2013, explicou que desde que ele lá estava tinham sido drasticamente reduzidas as práticas condenadas pelo Comité de Prevenção da Tortura do Conselho da Europa. No meio da visita encontramos um guarda com a cara coberta por uma passa montanhas nas instalações da prisão. Tendo provocado o embaraço do director que nos acompanhava na visita.

Episodio 5. Um preso falecido a 16 de Abril último, em Monsanto, prisão de ala segurança, escreveu à família uma carta em fevereiro a prever a sua morte. Antecipou por ser de interesse cruzado dos seus co-arguidos num caso de homicídio e dos serviços prisionais que o enviaram para junto deles e não se interessaram pelos avisos de risco que o falecido lançou. “Não leva a mal o meu raciocínio [de estarem a preparar a minha eliminação, “fomos armadilhados” ] porque é assim que eu vejo a vida que nós escolhemos (…) mantem-te sempre de cabeça erguida, venha quem vier”.

<http://mtis1.ds.iscte.pt/2014/Beka-Beka%20001.jpg>

<http://mtis1.ds.iscte.pt/2014/Beka-Beka%205%20001.jpg>